



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

PARECER

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Indicação Legislativa nº 01/2021.

Data: 19 de fevereiro de 2021.

Autoria: Poder Legislativo

Súmula: “CRIA O PROGRAMA REFIC COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

1. RELATÓRIO

De autoria da Vereadora Rosicléa Oliveira, o Projeto de Indicação nº 01/2021, propõe a criação do programa REFIC COVID-19 no município de Campo Largo e dá outras providências.

Assim, o Projeto de Indicação encontra-se nesta Comissão, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

O Projeto de Indicação em análise visa diminuir os impactos financeiros ocasionados pela pandemia do Coronavírus, para que as empresas e cidadãos possam regularizar pendências com o município.

É o sucinto relatório.

2. PARECER

A matéria é de competência desta comissão para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno, da Câmara de Vereadores.

Vale salientar que a matéria tratada é de competência privativa do Poder Executivo, conforme o art. 67, inciso III da Lei Orgânica, estando



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

correta a apresentação da Proposição através de Projeto de Indicação, como sugestão ao Prefeito Municipal.

A proposição em questão prevê a possibilidade de os contribuintes parcelarem suas dívidas com redução de multas e juros, de acordo com o número de parcelas. Nesse sentido, além de contribuir com a população que regularizará sua situação fiscal e tributária, o presente projeto também contribuirá com o município que aumentará a sua arrecadação.

Portanto, resta claro que a proposta é medida de relevante interesse público, conforme preceitua o art. 140 do Regimento Interno, e deve ser a proposta devidamente encaminhada para o Poder Executivo.

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Logo, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico Municipal.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, vota-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2021, opinou, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Indicação do Legislativo nº 01/2021.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



LUIZ SCERVENSKI
Presidente



DR. JOÃO FREITA
Relator



ANDRÉ GABARDO
Membro